



ESTADOS UNIDOS

Suprema Corte habilita lei anti-imigração

Plenário do tribunal, de maioria conservadora, derruba decisão de um de seus juizes e autoriza o estado do Texas a aplicar legislação que permite a prisão de ilegais. Por meio de um comunicado, a Casa Branca protestou contra a deliberação

Em uma decisão marcada por grande reviravolta, o plenário da Suprema Corte dos Estados Unidos autorizou, ontem, a entrada em vigor de uma lei do Texas que permite a detenção de imigrantes ilegais no estado. Trata-se de um revés para a Casa Branca, que advertiu que a medida vai provocar o “caos” na fronteira com o México.

A deliberação do colegiado ocorreu menos de 24 horas depois de um juiz da Corte ter ampliado o bloqueio à mesma legislação, conhecida como SB4. A habilitação da lei, porém, pode ser provisória, já que a batalha judicial vai continuar nos tribunais inferiores.

A SB4 estabelece que as forças de segurança do Texas podem prender imigrantes que não conseguirem comprovar que atravessaram a fronteira legalmente. A lei converte em crime estadual a entrada irregular no território, prevê penas de até 20 anos de prisão e autoriza os juizes a expulsarem os ilegais para o México.

A legislação, que entraria em vigor em 4 de março, converteu-se em uma batalha judicial entre o Departamento de Justiça do governo do presidente Joe Biden e o estado do Texas, liderado pelo governador republicano Greg Abbott, grande admirador do ex-presidente Donald Trump, que enfrentará Biden nas eleições de novembro.

A Casa Branca se opõe firmemente à lei texana, entre outras razões por considerar que extrapola suas prerrogativas. A política migratória é competência do governo federal e não dos estados de forma individual, repetem há meses os democratas.



Em Eagle Pass, no Texas, soldados e policiais observam imigrantes que cruzaram o Rio Grande para tentar entrar no território americano

Caos e confusão

Em nota divulgada na noite de ontem, a Casa Branca protestou contra a decisão do plenário da Suprema Corte, de maioria conservadora. “Estamos fundamentalmente em desacordo”, frisou o comunicado. Para o governo Biden, a lei “não apenas fará com que as comunidades do Texas fiquem

menos seguras, mas também vai sobrecarregar as forças da ordem e semeará caos e confusão em nossa fronteira sul”. “É mais um exemplo de funcionários republicanos que politizam a crise migratória”, acrescentou.

O governo mexicano também criticou a deliberação da mais alta instância judicial norte-americana. “A lei atenta

contra os direitos dos migrantes”, queixou-se a chanceler Alicia Bárcena na rede social X.

O próprio presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, vai entrar na batalha. Ele anunciou que participará como *Amicus Curiae* (Amigo da Corte) perante a Corte de Apelações do Quinto Circuito para transmitir informação sobre o impacto da lei “na comunidade

mexicana e/ou mexicano-americana”, bem como nas relações entre o país e os EUA.

ONGs também levantaram suas vozes contra a decisão. Para a Eagle Pass Border Coalition, a liberação da lei “representa ameaças significativas às liberdades civis e ao tecido social do Texas e da nação”. O Centro de Recursos Legais para Imigrantes (ILRC) também protestou.

Biden busca voto latino

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez campanha ontem, em Nevada e Arizona, dois estados decisivos para a mobilização do voto latino na corrida à Casa Branca. O democrata sabe que precisa reverter a erosão da sua popularidade nesse eleitorado.

“Esse cara despreza os hispânicos. Eu entendo os valores hispânicos”, afirmou Biden, referindo-se a Trump, em entrevista à Univisión, uma das grandes emissoras de televisão em espanhol dos Estados Unidos. “Os eleitores hispânicos foram essenciais para a minha eleição em 2020, e são novamente”, assinalou.

Graças aos abundantes fundos de campanha, a equipe do democrata, de 81 anos, recruta e mobiliza o máximo possível nesses dois *swing states* (estados pendulares), como são chamados aqueles que se inclinam para um lado ou para o outro durante as eleições presidenciais, e nos quais a vitória pode depender apenas de algumas dezenas de milhares de votos.

Biden terá de marcar alguns pontos em relação à imigração, uma questão importante no Arizona, estado que faz fronteira com o México. A estratégia é complexa. Joe Biden deve contra-atacar as acusações de Trump, que o denuncia por ineficácia face ao fluxo de migrantes. Mas deve fazê-lo sem ofender a sensibilidade do eleitorado progressista e de um bom número dos hispânicos.

ÁSIA

Hong Kong amplia repressão a dissidentes

A partir do próximo sábado, os crimes políticos de traição e insurreição praticados em Hong Kong poderão ser punidos com prisão perpétua. Essa é uma das principais medidas previstas na nova lei de segurança nacional, aprovada ontem, em prazo curto, pelo Parlamento local, em sintonia com Pequim. O texto, que estabelece pena de até 20 anos de reclusão para roubo de segredos de Estado, aumenta o poder repressivo à dissidência no território semiautônomo, levando apreensão à comunidade internacional.

“Hoje (ontem) é um dia histórico para Hong Kong”, declarou John Lee, o chefe do Executivo. “A lei permitirá que Hong Kong previna, proíba e puna de forma eficaz as atividades de espionagem, conspirações e armadilhas criadas por unidades de inteligência estrangeiras, além de infiltração e sabotagem realizadas por forças hostis”, acrescentou Lee, apoiado pela China.

Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia expressaram preocupação com uma lei que restringe ainda mais as liberdades em Hong Kong e pediram aos legisladores que dediquem mais tempo para examinar o seu impacto.

“Estamos alarmados com o avanço dessas medidas imprecisas”,

reagiu Vedant Patel, porta-voz da diplomacia norte-americana. “Acreditamos que esse tipo de ação tem o potencial de acelerar o fechamento da sociedade de Hong Kong, antes aberta”, acrescentou.

Por sua vez, o ministro britânico das Relações Exteriores, David Cameron, denunciou que o texto “prejudica o cumprimento, por parte de Hong Kong, de suas obrigações internacionais vinculantes”. Já o alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, Volker Turk, criticou a adoção “acelerada” da lei, que chamou de “um retrocesso na proteção dos direitos humanos”.

O Conselho Legislativo (LegCo) da ex-colônia britânica, onde não há representantes da oposição, debateu e levou o texto à votação em apenas 11 dias. O artigo 23, como ficou conhecido, foi aprovado por todos os 89 parlamentares.

No total, 39 artigos foram introduzidos à lei de segurança imposta pelo governo de Xi Jinping em 2020, após as grandes manifestações pró-democracia no território semiautônomo, que o Reino Unido devolveu à China em 1997, após 156 anos de colonização. Foram estimadas na legislação mais cinco categorias de infrações: traição,



Membros do Conselho Legislativo aprovam mudanças: prisão perpétua para traição e insurreição

insurreição, espionagem, sabotagem à segurança nacional e interferência estrangeira.

“Força externa”

Condenados por espionagem e ataques cibernéticos podem ser punidos com até 20 anos de prisão. A sedição — seja uma

palavra, um ato ou uma publicação que incite “ódio, desprezo ou rejeição” às instituições e autoridades chinesas ou de Hong Kong — pode resultar em sete anos de prisão, ou 10 se cometida “em conluio com uma força externa”.

Segundo John Lee, a inclusão dos novos dispositivos foi necessária para preencher as

lacunas da lei de 2020. Ele destacou que votar a favor da lei foi uma “responsabilidade constitucional” de Hong Kong, assim como exige a Basic Law, a Constituição que rege a ilha desde a devolução a Pequim.

O chefe do Executivo local considera que, com os novos dispositivos, será possível “prevenir

com eficácia a violência [...] e as revoluções coloridas”, numa referência aos protestos pró-democracia que tiveram início em 2019. Punido por Washington justamente pela gestão dessas manifestações quando era chefe da segurança, Lee descreveu o artigo 23 como um “bloqueio eficaz contra ladrões”, em um contexto em que as autoridades querem combater as “ameaças das forças externas e do terrorismo local”.

Quando Hong Kong foi devolvido à China, o território teve certas liberdades políticas garantidas, assim como autonomia judicial e legislativa, como parte do acordo Um País, Dois Sistemas. Esse pacto permitiu reforçar o status da cidade como centro financeiro global, graças a um sistema judicial confiável e a liberdades políticas diferentes das do resto da China.

Analistas destacam que o novo texto acaba com uma parte importante das garantias judiciais de Hong Kong, ao ser equiparado à legislação da China continental. Para o jurista Michael Davis, a nova lei terá fortes desdobramentos no território. Segundo ele, marca a transição de “uma ordem constitucional liberal para um regime de segurança nacional repressivo”.